



— Informativo Temático —

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag

1º Quadrimestre – 2019

12/6/2019

**Comissão de Administração Pública
Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia
Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Comissão de Participação Popular
Comissão de Saúde
Comissão de Segurança Pública**

Índice

Comissão: Administração Pública.....	4
Tema: Realizações patronais ao IPSM e IPSEMG.....	4
Tema: O impacto mensal e anual na economia estadual da redução de secretarias e cargos comissionados, detalhando, no último ponto, o número de cargos comissionados e o número atual na estrutura do Poder Executivo.....	8
Tema: Estrutura de pessoal da Secretaria de Estado de Fazenda, com destaque para o número de servidores que recebem remuneração acima do teto constitucional.....	10
Tema: Reposição das perdas salariais dos servidores civis e militares de 2015 até esta data.....	12
Comissão: Educação, Ciência e Tecnologia.....	13
Tema: Planejamento das ações para atendimento da Meta 16 do Plano Estadual de Educação (Lei 23.197/18), com destaque para estratégia 16.2, que determina estruturação da rede estadual de educação básica de modo que, até o final da vigência do plano, no mínimo 90% dos profissionais do magistério e 50% dos profissionais de educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo.....	13
Tema: A garantia da cobertura para atendimento em saúde dos profissionais da educação pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg.....	16
Comissão: Fiscalização Financeira e Orçamentária.....	20
Tema: Investimento do Estado em infraestrutura de estradas, portos secos, atração de empresas e desenvolvimento econômico e social, diante do cenário econômico adverso e da necessidade de se investir em tais setores para a geração de novos empregos e renda para o Estado.....	20
Tema: Avaliação de desempenho dos servidores públicos estaduais.....	24

Tema: Rigidez orçamentária.....	26
Comissão: Participação Popular.....	27
Tema: Elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e revisão, se houver, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI.....	27
Tema: Execução das emendas orçamentárias oriundas do processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019, revisão para o exercício 2019.....	30
Comissão: Saúde.....	43
Tema: Cronograma da retomada das obras inacabadas na área da saúde.....	43

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

1º quadrimestre – 2019

12/06/2019

Comissão: Administração Pública

Tema: Realizações patronais ao IPSM e IPSEMG

1) Contextualização

- Em Minas Gerais, os servidores civis contam com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), criado pela [Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002](#). Nos termos desta norma e do [Decreto nº 47.345, de 27 de julho de 2018](#), o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – é responsável por prestar assistência médica, hospitalar, farmacêutica, odontológica e social a seus beneficiários, bem como por gerir o regime próprio de previdência social dos servidores públicos.
- O RPPS é responsável pelo pagamento das aposentadorias dos servidores civis e pensões por morte aos seus dependentes e é operacionalizado por meio do Fundo Financeiro de Previdência – Funfip – criado pela [Lei Complementar nº 64, de 2002](#). Os recursos têm origem nas contribuições previdenciárias, cujas alíquotas são de 11% (servidores ativos, aposentados e pensionistas) e 22% (patronal), sem teto para aqueles que ingressaram no serviço público até 12/2/2015. Para aqueles que ingressaram no serviço público após essa data, a contribuição é de 11% até o limite do teto do RGPS.
- A lei prevê que, no caso dessas receitas de contribuição ao fundo financeiro serem insuficientes para cobrir os benefícios, haverá complementação por parte do Tesouro estadual.
- Os servidores militares, incluindo o militar da ativa, da reserva remunerada, o reformado e o juiz militar do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais são segurados compulsórios do Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM – conforme estabelecido na [Lei nº 10.366, de 28/12/1990](#). O IPSM é responsável pela concessão dos benefícios de pensão, assistência à saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral, auxílio-reclusão e pecúlio. Os benefícios e serviços são custeados pelas contribuições, cujas alíquotas são de 8% do estípcio de contribuição para o segurado (ativo e inativo) e de 16% para o Estado. O

Tesouro estadual responsabiliza-se pelo pagamento dos proventos de inatividade dos militares e pelas “pensões especiais”.

- Segundo dados divulgados no *site* da Fundação João Pinheiro, os gastos com a previdência dos servidores públicos de Minas Gerais aumentaram de R\$ 9,4 bilhões, em 2007, para R\$ 18,6 bilhões, em 2017. Como proporção da Receita Corrente Líquida (RCL), esses valores passaram de 21,8% para 33,8%. E o aumento da participação dos gastos com a previdência dos militares passou de 25,9% para 31%.

2) Destaques da atuação da ALMG (última legislatura)

- Em 28/6/2018 foi realizada reunião extraordinária da Comissão de Segurança Pública com a finalidade de dar prosseguimento ao debate sobre a situação financeira do Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais, para a qual foram convocados o secretário de Estado de Planejamento e Gestão; o secretário de Estado de Fazenda; e o diretor-geral do referido instituto. Nessa reunião foi aprovado o encaminhamento de requerimento ao governador do Estado solicitando providências para pagamento imediato do débito decorrente da falta de repasse, pelo Estado, das contribuições patronais e dos segurados ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM - e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg.
- Em 2017 a Assembleia aprovou a [Lei nº 22.808, de 29/12/2017](#), que autoriza o Fundo Financeiro de Previdência – Funfip – a receber, mediante dação em pagamento, imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social.
- Tramita atualmente na casa a [PEC nº 15/2019](#), que acrescenta o inciso XIV ao art. 161 da [Constituição do Estado de Minas Gerais](#), com o objetivo de vedar a retenção ou a restrição do repasse de recursos para o Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais – IPSM – e para o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg.

3) Visão geral da execução física e financeira das ações programadas – jan-abr/ 2019:

Programa: 702 – Obrigações especiais					
Ação: 7038 – Aporte financeiro para cobertura da necessidade de financiamento da previdência dos servidores do Estado (4651 – Fundo Especial de Créditos Inadimplidos e Dívida Ativa).					
Finalidade: Viabilizar aporte financeiro para cobertura da necessidade de financiamento da previdência dos servidores do Estado.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (Aporte Realizado (R\$ Mil))		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
1.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00

Ação: **7021 – Aporte para custeio da implantação da Prevcom-MG** (1941 – EGE SEF).
Finalidade: Atender às despesas referentes à implantação da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais – Prevcom-MG.

Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (aporte realizado (R\$ mil))		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
3.402.550,00	370.546,00	10,89	9	1	11,11

Ação: **7009 – Complementação financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS** (2071 – Fapemig).
Finalidade: Viabilizar os aportes necessários à cobertura do *deficit* atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, tendo em vista garantir o pagamento dos proventos dos servidores inativos e pensionistas realizados à conta do fundo financeiro de previdência – Funfip.

Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (aporte realizado (R\$ mil))		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
12.763,00	3.480,64	27,27	12	4	33,33

Ação: **7009– Complementação financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS** (1911 – EGE SEF Encargos Diversos)
Finalidade: Viabilizar os aportes necessários à cobertura do *deficit* atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, tendo em vista garantir o pagamento dos proventos dos servidores inativos e pensionistas realizados à conta do fundo financeiro de previdência – Funfip..

Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (aporte realizado (R\$ mil))		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
9.979.261.800,00	2.612.152.769,34	26,18	9.915.051	2.612.151	26,35

Ação: **7009 – Complementação financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS** (2041 – LEMG).
Finalidade: Viabilizar os aportes necessários à cobertura do *deficit* atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, tendo em vista garantir o pagamento dos proventos dos servidores inativos e pensionistas realizados à conta do fundo financeiro de previdência – Funfip.

Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (aporte realizado (R\$ mil))		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
1.844.748,00	577.566,13	31,31	1.844	575	31,18

Ação: **7009 – Complementação financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS** (2251 – Jucemg).
Finalidade: Viabilizar os aportes necessários à cobertura do *deficit* atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, tendo em vista garantir o pagamento dos proventos dos servidores inativos e pensionistas realizados à conta do fundo financeiro de previdência – Funfip.

Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (aporte realizado (R\$ mil))		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
4.454.231,00	1.365.856,17	30,66	4.432	1.365	30,80

Ação: **7009 – Complementação financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS** (2091 – Feam).
Finalidade: Viabilizar os aportes necessários à cobertura do *deficit* atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, tendo em vista garantir o pagamento dos proventos dos servidores inativos e pensionistas realizados à conta do fundo financeiro de previdência – Funfip.

Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (aporte realizado (R\$ mil))		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
5.964.330,00	1.634.804,99	27,41	5.964	1.634	27,40

Ação: **7009 – Complementação financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS** (2121 – IPSM).
Finalidade: Viabilizar os aportes necessários à cobertura do *deficit* atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, tendo em vista garantir o pagamento dos proventos dos servidores inativos e pensionistas realizados à conta do fundo financeiro de previdência – Funfip.

Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (aporte realizado (R\$ mil))		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
668.429,00	183.048,81	27,38	612	187	30,56

Ação: 7009 – Complementação financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (2261 – Funed).
Finalidade: Viabilizar os aportes necessários à cobertura do *deficit* atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, tendo em vista garantir o pagamento dos proventos dos servidores inativos e pensionistas realizados à conta do fundo financeiro de previdência – Funfip.

Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (aporte realizado (R\$ mil))		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
22.664.547,00	6.863.628,88	30,28	9.128	6.862	75,18

Ação: 7009 – Complementação financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (2271 – Fhemig).
Finalidade: Viabilizar os aportes necessários à cobertura do *deficit* atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, tendo em vista garantir o pagamento dos proventos dos servidores inativos e pensionistas realizados à conta do fundo financeiro de previdência – Funfip.

Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (aporte realizado (R\$ mil))		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
183.737.756,99	51.300.637,75	27,92	51.199	51.199	100,00

Ação: 7009 – Complementação financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (2321 – Hemominas).
Finalidade: Viabilizar os aportes necessários à cobertura do *deficit* atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, tendo em vista garantir o pagamento dos proventos dos servidores inativos e pensionistas realizados à conta do fundo financeiro de previdência – Funfip.

Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (aporte realizado (R\$ mil))		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
12.873.416,00	2.917.067,70	22,66	11.838	2.916	24,63

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento: Sigplan: PPAG 2016 – 2019. Análise da Execução por Ação. In: _____. **Portal de Planejamento e Orçamento do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www.orcamento.mg.gov.br/aoad/index.jsp>>. Acesso em: 5 de junho de 2019.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

1º quadrimestre – 2019

12/06/2019

Comissão: Administração Pública

Tema: O impacto mensal e anual na economia estadual da redução de secretarias e cargos comissionados, detalhando, no último ponto, o número de cargos comissionados e o número atual na estrutura do Poder Executivo

1) Contextualização

- [A Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019](#), que contém a reforma administrativa do Estado, tem como objetivo é gerar uma economia de recursos para o Estado por meio da reformulação da estrutura organizacional da administração direta do Poder Executivo, além da redução de cargos de provimento em comissão. Entre outras medidas, o projeto reduz de 21 para 12 o número de secretarias, apenas oito delas com secretário adjunto.
- A expectativa do governo é gerar com a reforma uma economia da ordem de R\$ 1 bilhão em quatro anos, sendo R\$ 235 milhões por ano. Dos R\$ 235 milhões, R\$ 39,1 milhões são oriundos da economia com cargos em comissão, funções gratificadas e gratificações da administração direta; R\$ 139,6 milhões com ganhos de eficiência, dos quais R\$ 60 milhões já foram realizados (efetivados) até o momento; e R\$ 56,4 milhões em ganhos esperados com reformas futuras na administração indireta.
- Segundo estudo elaborado na Consultoria da Casa a economia anual estimada pela redução de cargos de direção e assessoramento (DAD's) é de R\$ 28,415 milhões (vinte e oito milhões quatrocentos e quinze mil reais), de R\$ 513 mil (quinhentos e treze mil reais) em gratificações temporárias estratégicas (GTE's) e R\$ 7,391 milhões (sete milhões trezentos e noventa e um mil reais) em funções gratificadas (FGD's). Soma-se a isso a diminuição do quantitativo de cargos de secretários e secretários adjuntos, o que gerará uma redução na despesa calculada em R\$ 2,859 milhões (dois milhões oitocentos e cinquenta e nove mil reais) anuais. No total, a economia anual prevista com a redução dos cargos de provimento em comissão é de R\$ 39,180 milhões (trinta e nove milhões cento e oitenta mil reais).

2) Destaques da atuação da ALMG (última legislatura)

- Aprovação da [Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019](#), que contém a reforma administrativa do Estado.
- Em 20/3/2019 foi realizada na Casa audiência pública conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, Saúde, Administração Pública e Fiscalização Financeira e Orçamentária, que lotou o Auditório José Alencar durante todo o dia para discutir a proposta de reforma administrativa na presença de gestores, deputados, servidores do Executivo e representantes de entidades.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

1º quadrimestre – 2019

12/06/2019

Comissão: Administração Pública

Tema: Estrutura de pessoal da Secretaria de Estado de Fazenda, com destaque para o número de servidores que recebem remuneração acima do teto constitucional.

1) Contextualização

- A atual organização da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – é regida pela [Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019](#), que contém a reforma administrativa do Estado, tem como objetivo é gerar uma economia de recursos para o Estado por meio da reformulação da estrutura organizacional da administração direta do Poder Executivo, além da redução de cargos de provimento em comissão. A SEF tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar a política tributária e fiscal, a gestão dos recursos financeiros, a gestão do pagamento de pessoal do Poder Executivo Estadual, a política e as diretrizes da gestão contábil do Estado e as atividades pertinentes à gestão da governança corporativa estadual, assim como responsabilizar-se pela implementação das políticas tributária e fiscal e pelo provimento, controle e administração dos recursos financeiros necessários à consecução dos objetivos da administração pública estadual.
- De acordo com a [Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019](#), a Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – se mantém, apenas com a supressão de algumas competências relativas ao pagamento de pessoal e patrimônio imobiliário do Estado, que foram transferidas para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, as relativas às Parcerias Público Privadas – PPPs –, as quais foram transferidas para a Seinfra; e a mudança da vinculação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, que passa a vincular-se à Seplag.
- Segundo o art. 33 da [Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019](#), que contém a reforma administrativa do Estado, a Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – tem como competência planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar ações setoriais a cargo do Estado. O art. 34 dispõe sobre a estrutura básica da SEF, que é composta por Gabinete, Controladoria Setorial, Assessoria Jurídica, Assessoria de Comunicação Social, Assessoria

Estratégica, Assessoria de Recuperação Fiscal; Subsecretaria da Receita Estadual, à qual se subordinam a Superintendência de Fiscalização; a Superintendência de Crédito e Cobrança, a Superintendência de Tributação; a Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais; e dez Superintendências Regionais da Fazenda, às quais se subordinam: Delegacias Fiscais de 1º e 2º níveis; Unidades de Administração Fazendária; Unidades de Serviço Integrado de Assistência Tributária e Fiscal; Subsecretaria do Tesouro Estadual, Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças; Superintendência de Tecnologia da Informação; e Corregedoria.

- O Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais continua integrando a área de competência da SEF, por subordinação administrativa. E as seguintes instituições se mantêm na área de competência da SEF, por vinculação: a Caixa de Amortização da Dívida – Cadiv; a Loteria do Estado de Minas Gerais – Lemg; a Minas Gerais Participações S.A. – MGI; e a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

2) Destaques da atuação da ALMG (última legislatura)

- [A Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019](#), que contém a reforma administrativa do Estado, foi objeto de intenso diálogo entre o Poder Executivo, a Assembleia e a sociedade civil. Uma equipe técnica do Poder Executivo compareceu à Assembleia para, juntamente com o relator do projeto, realizar reuniões com a consultoria técnica do Poder Legislativo, com todos os quatro blocos parlamentares e, em duas audiências públicas, também com a população.
- Após audiência pública realizada em reunião conjunta com as Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em 20/3/2019, o governador protocolou, em 22/3/2019, mensagem que, além de novas adequações à reestruturação administrativa, contempla propostas da sociedade civil, de servidores e dos blocos parlamentares da Assembleia.

3) Visão geral da execução física e financeira das ações programadas – jan-abr/ 2019:

Programa: 701 – Apoio à Administração Pública					
Ação: 2417 – Remuneração de pessoal ativo e encargos sociais (1191 – SEF).					
Finalidade: Viabilizar a remuneração de pessoal ativo do Estado e pagamento dos respectivos encargos sociais e auxílios, conferindo condições adequadas ao cumprimento das atribuições institucionais					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (pessoa remunerada)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
1.040.464.375,27	322.004.689,50	30,95	3.327	3.327	100,00

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento: Sigplan: PPAG 2016 – 2019. Análise da Execução por Ação. In: _____. **Portal de Planejamento e Orçamento do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www.orcamento.mg.gov.br/aoad/index.jsp>>. Acesso em: 5 de junho de 2019.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

1º quadrimestre – 2019

12/06/2019

Comissão: Administração Pública

Tema: Reposição das perdas salariais dos servidores civis e militares de 2015 até esta data.

1) Contextualização

A reposição das perdas salariais dos servidores públicos é o direito previsto no art. 37, inciso X, da [Constituição República](#), cujos termos seguem transcritos: “a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.” (BRASIL, 1988.) Trata-se, pois, de mera recomposição remuneratória, em face de perdas inflacionárias. Essas perdas têm gerado profunda distorção no âmbito estadual entre os vencimentos pagos no Poder Executivo e nos demais Poderes (Legislativo e Judiciário), além daqueles recebidos pelos outros órgãos do Estado (Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública), que concederam a mencionada revisão aos seus respectivos servidores.

2) Destaques da atuação da ALMG (última legislatura)

- Tramita nesta Casa o [Projeto de Lei nº 4989/2018](#), de autoria do deputado Sargento Rodrigues, com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a conceder revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores públicos civis e militares do Estado de Minas Gerais referentes às datas-bases de 2015, 2016 e 2017 e dar outras providências, que aguarda parecer em comissão.

3) Visão geral da execução física e financeira das ações programadas – jan-abr/ 2019:

Programa: 14 – Gestão fiscal, contábil e financeira do Estado					
Ação: 2104 – Gestão do pagamento da folha de pessoal do Estado (1191 – SEF).					
Finalidade: Aprimorar a execução das atividades de pagamento de pessoal, permitindo o correto e tempestivo pagamento das remunerações bem como a produção de informações sobre os servidores da administração pública do Poder Executivo Estadual.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (quantidade de pagamentos realizados)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
73.239,00	639,78	0,87	6.603.970	2.124.412	32,17

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento: Sigplan: PPAG 2016 – 2019. Análise da Execução por Ação. In: _____. **Portal de Planejamento e Orçamento do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www.orcamento.mg.gov.br/aoad/index.jsp>>. Acesso em: 5 de junho de 2019.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

1º quadrimestre – 2019

12/6/2019

Comissão: Educação, Ciência e Tecnologia

Tema: Planejamento das ações para atendimento da Meta 16 do Plano Estadual de Educação ([Lei 23.197/18](#)), com destaque para estratégia 16.2, que determina estruturação da rede estadual de educação básica de modo que, até o final da vigência do plano, no mínimo 90% dos profissionais do magistério e 50% dos profissionais de educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo.

1) Contextualização

O art. 206 da [Constituição Federal](#) e o art. 196 da [Constituição do Estado](#) estabelecem que o ensino será ministrado com base no princípio da valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas:

A [Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB](#)¹ –, por sua vez especifica, em seu art. 67, as obrigações dos sistemas de ensino para valorização dos professores assegurando-lhes:

- I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III – piso salarial profissional;
- IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI – condições adequadas de trabalho.

¹ BRASIL. Lei nº 9.694, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O [Plano Nacional de Educação – PNE](#)² –, em suas Metas 17 e 18, e o [Plano Estadual de Educação – PEE](#)³ –, na sua Meta 16, estabelecem, mais concretamente, as estratégias que devem ser perseguidas pela União e pelo Estado para cumprir com o compromisso do poder público com a valorização dos profissionais de educação para os próximos 10 anos da vigência de cada diploma legal.

Destaca-se, entre as ações previstas no Plano Estadual de Educação, a estratégia 16.2 que, em linhas gerais, determina que no mínimo 90% dos profissionais de magistério e 50% dos profissionais de educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Segundo o relatório [Série Histórica da Educação Minas Gerais 2008-2017](#)⁴, os dados abaixo demonstram a redução anual do número de profissionais docentes efetivos, em comparação aos docentes com vínculo precário.

Tabela 1 – Docentes da Rede Pública Estadual por Regime de Contratação, Minas Gerais – 2012-2017

Ano	Efetivo		Temporário		Terceirizado		CLT	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
2012	74.590	81,8	18.640	20,4	3	0,0	71,0	0,1
2013	84.942	88,5	12.850	13,4	2	0,0	76,0	0,1
2014	78.152	82,3	19.462	20,5	11	0,0	78,0	0,1
2015	43.520	45,1	58.484	60,6	99	0,1	344,0	0,4
2016	35.086	35,6	66.240	67,2	18	0,0	137,0	0,1
2017	34.353	35,5	65.523	67,7	27	0,0	148,0	0,2

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar 2008-2017. Elaboração SEE.

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Série Histórica da Educação Minas Gerais 2008/2017**. Belo Horizonte, [201?]. p. 57.

A tabela a seguir demonstra o quantitativo de profissionais docentes, conforme os dados do Censo Escolar 2018.

Tabela 2 – Docentes da educação básica estadual por vínculo funcional, Minas Gerais – 2018

Vínculo funcional	Quantidade	Proporção do total
Concursados / Efetivos	31.631	31,9%
Não efetivos (1)	67.567	68,1%
TOTAL	99.198	100%

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática.

Fonte primária: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica MEC/INEP 2018**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

Nota 1: contratados (temporários), terceirizados e celetistas

2 BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

3 MINAS GERAIS. **Lei nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018**. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE – para o período de 2018 a 2027 e dá outras providências

4 MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Série Histórica da Educação Minas Gerais 2008/2017**. Belo Horizonte, [201?]. 212 p. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/PUBLICACAO_SERIE_HISTORICA.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

2) Destaques da atuação da ALMG

- **Plano Estadual de Educação – Lei nº 23.197, de 26/12/2018: a valorização dos profissionais da educação** foi discutida por ocasião da elaboração e tramitação legislativa do Plano Estadual de Educação, para o período de 2018 a 2027. O tema está contemplado nas seguintes estratégias do PEE:

Meta 16 – Valorização dos profissionais de magistério da educação básica da rede estadual, buscando-se a diminuição da desigualdade entre o seu rendimento médio e o dos profissionais de outras áreas com categoria e escolaridade equivalentes, respeitada a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

16.1 – Acompanhar e propor aprimoramentos na estrutura de carreira, remuneração e outros temas de interesse dos profissionais de educação da rede estadual de educação básica por meio de instância composta por representantes dos profissionais de educação básica do Estado e da SEE.

16.2 – Estruturar a rede estadual de educação básica de modo que, até o final da vigência deste PEE, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério e, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos profissionais de educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo.

16.3 – Regulamentar, até o final do primeiro ano de vigência deste PEE, a autorização para afastamento e outras formas de incentivo para qualificação dos profissionais de educação básica em pós-graduação lato sensu e stricto sensu, nos termos do art. 24 da Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004.

16.4 – Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento dos cargos efetivos e temporários por profissionais de educação para essas escolas.

16.5 – Assegurar aos profissionais de educação o registro e a atualização da sua situação funcional junto à Superintendência Regional de Ensino e à SEE, para viabilizar, nos termos da legislação vigente, aposentadoria imediata ao servidor que cumprir os requisitos necessários.

3) Visão geral da execução física e financeira das ações programadas – jan-abr/ 2019:

Programa: 212 – Valorização e formação dos profissionais da educação					
Ação: 2078 – Provimento efetivo e valorização dos profissionais da educação (1261 – SEE).					
Finalidade: Reduzir o número de profissionais da educação em vínculo precário com o Estado, aumentando o número de servidores efetivos para garantir aos profissionais seus direitos e uma carreira adequada. Considerar as especificidades do campo, indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos nessas escolas. Valorizar os servidores implantando o piso nacional do magistério e a equiparação do rendimento médio desses ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (servidor beneficiado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
13.726.000,00	0,00	0,00	0	0	0,00

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento: Sigplan: PPAG 2016 – 2019. Análise da Execução por Ação. In: _____. **Portal de Planejamento e Orçamento do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www.orcamento.mg.gov.br/aoad/index.jsp>>. Acesso em: 5 de junho de 2019.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

1º quadrimestre – 2019

12/6/2019

Comissão: Educação, Ciência e Tecnologia

Tema: A garantia da cobertura para atendimento em saúde dos profissionais da educação pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg.

1) Contextualização

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG é responsável por prestar assistência médica, hospitalar, farmacêutica, odontológica e social a seus beneficiários, gerir o regime próprio de previdência nos termos da [Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002](#), e do [Decreto nº 47.345, de 24 de janeiro de 2018](#).

Os prejuízos à assistência à saúde do servidor público motivados por questões de gestão administrativa e financeira do Instituto são constantemente objeto de atenção pelo Legislativo Mineiro. Isso se verifica ao destacarmos o grande número de audiências públicas e requerimentos sobre a entidade, como se vê a seguir.

2) Destaques da atuação da ALMG no que se refere ao financiamento à cultura em Minas Gerais

2.1) Eventos realizados nas 18ª e 19ª Legislaturas:

Audiências Públicas

- 11/4/2019 – Comissão de Saúde: Debater as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e beneficiários do Ipsemg no que tange à assistência à saúde e a questão previdenciária.
- 26/3/2019 – Comissão de Administração Pública: Debater a atual situação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg.
- 21/2/2018 – Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social: Debater a situação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg - e das perícias médicas, a partir de diagnóstico realizado em todas as regiões do Estado pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais Sind-UTE/MG.

- 21/6/2017 – Comissão de Administração Pública: debater a situação do Ipsemg em Uberlândia, tendo em vista a falta de hospital credenciado para atendimento nesse município.

Debate Público

- 2/7/2015 – Comissão de Administração Pública: Ipsemg – Situação Atual e Perspectivas para a Seguridade Social dos Servidores Públicos Mineiros

Fórum Técnico

- 26 e 27/11/2015 – Fórum Técnico 103 anos do Ipsemg: reorganização e valorização

O fórum técnico teve como objetivo discutir a seguridade social do servidor público. Apresentar e avaliar propostas sobre previdência, saúde e assistência e gerenciamento democrático do Ipsemg, instituto de previdência dos servidores do Estado.

2.2) Requerimentos aprovados na 19ª Legislatura

Quadro 1 – Requerimentos sobre gestão do Ipsemg – 2019

Tema	Requerimentos	Situação
Pedido de providências para que seja encaminhada ao Ministério Público para apuração de denúncia de desvio de recursos do caixa do Ipsemg.	RQN 923/2019	9/5/2019 – Ofício da Secretaria-Geral da Mesa nº 963/2019 enviado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado.
Pedido de providências para regularização do estoque do medicamento Nivelumabe no Hospital da Previdência.	RQN 911/2019	15/5/2019 – Ofício da Secretaria-Geral da Mesa nº1.073/2019 enviado ao Secretário de Estado de Governo.
	RQN 912/2019	15/5/2019 – Ofício da Secretaria-Geral da Mesa nº1.074/2019 enviado ao Secretário de Estado de Governo.
Pedido de providência para regularização do pagamento, pelo Ipsemg, aos hospitais conveniados.	RQN 935/2019	9/5/2019 – Ofício da Secretaria-Geral da Mesa nº964/2019 enviado ao Secretário de Estado de Governo.
Pedido de providência para elaboração de plano de recuperação do Ipsemg.	RQN 937/2019	9/5/2019 – Ofício da Secretaria-Geral da Mesa nº 964/2019 enviado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado.
Pedido de providência para apresentação de cronograma de pagamento dos débitos do Ipsemg com as entidades conveniadas.	RQN 938/2019	9/5/2019 – Ofício da Secretaria-Geral da Mesa nº 981/2019 enviado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado.
Pedido de informação sobre o valor total da dívida do Estado com o Ipsemg.	RQN 932/2019	6/5/2019 – Aguardando parecer da Mesa

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Tramitação de Projetos** (Banco de dados). Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. Acesso em: 31 mai. 2019.

3) Visão geral da execução física e financeira das ações programadas – jan-abr/ 2019:

Programa: 051 – Plano de atenção à saúde					
<p>Ação: 2028 – Infraestrutura e suporte ao plano de atenção à saúde (2011 – Ipsemg). Finalidade: Implantar ações que visem garantir recursos humanos, materiais, financeiros, logísticos e tecnológicos necessários a execução de atividades de gestão nos processos de contratualização, autorização, regulação e auditoria, faturamento e pagamento, assegurando a qualificação da assistência à saúde aos beneficiários do Ipsemg.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (ação de suporte à gestão do plano de atenção à saúde realizada)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
23.610.900,00	3.105.446,38	13,15	1	1	100,00
<p>Ação: 4210 – Rede de atenção à saúde odontológica contratada (2011 – Ipsemg). Finalidade: Adequar o acesso dos beneficiários aos serviços odontológicos por meio de rede contratada, regionalizada, hierarquizada e qualificada.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (beneficiário com atendimento odontológico realizado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
19.235.000,00	3.173.162,50	16,50	25.009	25.009	100,00
<p>Ação: 4211 – Rede de atenção à saúde hospitalar contratada (2011 – Ipsemg). Finalidade: Adequar o acesso dos beneficiários aos serviços hospitalares por meio de rede contratada regionalizada, hierarquizada e qualificada.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (beneficiário com atendimento médico-hospitalar realizado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
293.340.755,00	66.659.474,73	22,72	133.808	133.808	100,00
<p>Ação: 4212 – Rede de atenção à saúde ambulatorial contratada (2011 – Ipsemg). Finalidade: Adequar o acesso dos beneficiários aos serviços ambulatoriais por meio de rede contratada regionalizada, hierarquizada e qualificada.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (beneficiário com atendimento ambulatorial realizado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
291.900.000,00	37.553.834,39	12,87	280.392	280.392	100,00
<p>Ação: 4260 – Atenção primária à saúde aos beneficiários da assistência à saúde do Ipsemg (2011 – Ipsemg). Finalidade: Prover serviços de atenção primária à saúde aos beneficiários da assistência à saúde do Ipsemg, por meio de equipes compostas por profissionais médico e enfermeiro, visando ampliar a oferta de consultas e atender às demandas de baixa complexidade, alcançando grande parte das necessidades de saúde da população, além de fornecer orientação ao sistema de saúde de forma regulada, integrada e coordenada.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (beneficiário vinculado à unidade aps)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
3.409.392,00	119.218,80	3,50	35.213	35.213	100,00
Programa: 071 – Serviços prestados pelo Ipsemg na rede própria					
<p>Ação: 4164 – Assistência ambulatorial na capital (2011 – Ipsemg). Finalidade: Prestar atendimento ambulatorial e realizar ações de promoção e prevenção à saúde dos beneficiários da assistência à saúde do Ipsemg, por meio da rede própria na capital.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (procedimento ambulatorial realizado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
14.100.667,00	2.935.889,70	20,82	326.347	109.303	33,49

<p>Ação: 4165 – Assistência odontológica na capital (2011 – Ipsemg). Finalidade: Prestar atendimento odontológico aos beneficiários da assistência à saúde do Ipsemg, por meio da rede própria da capital.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (procedimento odontológico realizado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
9.554.126,00	1.728.295,11	18,09	194.886	72.535	37,22
<p>Ação: 4166 – Assistência médica hospitalar na capital (2011 – Ipsemg). Finalidade: Prestar atendimento médico-hospitalar aos beneficiários da assistência à saúde do Ipsemg, por meio de serviços próprios na capital no Hospital Governador Israel Pinheiro – HGIP.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (procedimento médico hospitalar realizado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
198.219.445,00	39.946.107,93	20,15	1.420.129	467.030	32,89
<p>Ação: 4234 – Preservação e Modernização do Patrimônio Imobiliário (2011 – Ipsemg). Finalidade: Modernizar e preservar as instalações físicas das diversas unidades do instituto, com o objetivo de oferecer aos beneficiários e seus dependentes maior conforto, segurança, agilidade e humanização na prestação de serviços.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (construção/reforma/ampliação realizada (metro quadrado))		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
690.000,00	0	0,00	1.344	0	0,00
<p>Ação: 4235 – Atendimento nas unidades regionais do IPSEMG (2011 – Ipsemg). Finalidade: Prestar atendimento assistencial (ambulatorial e odontológico) e administrativos nas unidades regionais do Ipsemg, facilitando a acessibilidade dos servidores ativos e inativos do Estado de Minas Gerais e seus dependentes que utilizam os serviços do instituto, minimizando os deslocamentos e a procura por estes serviços na capital, bem como, facilitar o contato dos prestadores de serviço de saúde com Ipsemg, através das unidades regionais.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (atendimento realizado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
13.712.024,00	2.951.198,60	21,52	248.482	77.942	31,37

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento: Sigplan: PPAG 2016 – 2019. Análise da Execução por Ação. In: _____. **Portal de Planejamento e Orçamento do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www.orcamento.mg.gov.br/aoad/index.jsp>>. Acesso em: 5 de junho de 2019.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

1º quadrimestre – 2019

12/6/2019

Comissão: Fiscalização Financeira e Orçamentária

Tema: Investimento do Estado em infraestrutura de estradas, portos secos, atração de empresas e desenvolvimento econômico e social, diante do cenário econômico adverso e da necessidade de se investir em tais setores para a geração de novos empregos e renda para o Estado.

1) Contextualização

A infraestrutura de transportes é definida como a rede física disponível para o transporte de pessoas e bens e compreende diversos modais. Atualmente, a política pública de infraestrutura de transporte se concentra em ações voltadas para o modal rodoviário, embora estejam presentes no Estado o ferroviário, o aquaviário, o aeroviário, o dutoviário e o multimodal. A integração modal, caracterizada pela integração da cadeia de transporte através da utilização de diversos modais, se apresenta como uma importante forma de investimento em infraestrutura nesse setor, uma vez que traz incrementos na eficiência de cada modal e pode ser aplicada para garantir um sistema logístico de transporte mais eficaz ou para otimizar os sistemas de transporte urbano. A disponibilidade de infraestrutura adequada, efetiva e segura é um importante elemento para a determinação do padrão e da qualidade de vida de uma região ou País, uma vez que facilita as atividades produtivas e contribui para a obtenção de uma maior produtividade econômica.

2) Destaques da atuação da ALMG

- Em 5/6/2018, a Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais instituiu, por [Decisão da Mesa](#), a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. Ao longo de 2018, a comissão realizou 14 audiências públicas e 9 nove visitas técnicas, que permitiram a ela realizar um diagnóstico da situação ferroviária do Estado.
- Na 19ª legislatura, em 14/3/2019, a Mesa da ALMG instituiu, novamente, por [Decisão da Mesa](#), a [Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras](#), para continuidade aos trabalhos iniciados em 2018.

3) Visão geral da execução física e financeira das ações programadas – jan-abr/ 2019:

Programa: 079 – Estradas de Minas: Infraestrutura logística					
<p>Ação: 1063 – Recuperação e Readequação da BR-367 (2301 – DER/MG). Finalidade: Realizar ações e destinar recursos, com o objetivo de readequar a BR-367, incluindo, mas não se limitando: a assinatura de convênio/cooperação técnica com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, visando a assunção de trechos hoje sob jurisdição federal, a recuperação e adequação de capacidade de trechos pavimentados, a pavimentação de trechos ainda não pavimentados, a instalação de postos de fiscalização, de praças de pesagem e de radares de velocidade, melhorias e adequações viárias dos trevos de acesso, e melhoria na sinalização vertical e horizontal (notadamente nos trechos com maiores índices de acidentes), com prioridade dos trechos dentro do Médio e Baixo Jequitinhonha.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (intervenção realizada)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
1.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
<p>Ação: 4184 – Construção e adequação de rodovias (2301 – DER/MG). Finalidade: Aumentar a competitividade logística do Estado por meio da construção ou adequação de capacidade de rodovias, superando os principais gargalos da infraestrutura rodoviária.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (quilômetro pavimentado ou adequado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
220.188.200,98	183.985,98	0,08	77	0	0,00
<p>Ação: 4185 – Elaboração de projetos de engenharia (2301 – DER/MG). Finalidade: Garantir projetos de qualidade de manutenção, recuperação, construção e ampliação de rodovias e obras de arte especiais, conforme demanda de programas de governo nas rodovias sob jurisdição do DEER/MG.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (projeto executivo de engenharia concluído)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
12.587.176,86	0,00	0,00	10	0	0,00
<p>Ação: 4186 – Recuperação e manutenção da malha viária (2301 – DER/MG). Finalidade: Planejar, realizar e avaliar as ações de intervenção na malha rodoviária sob responsabilidade do Estado de Minas Gerais, de modo a mantê-la em condições boas e seguras.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (extensão de rodovia conservada)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
379.967.156,83	37.331.026,07	9,82	26.118	26.118	100,00
<p>Ação: 4187 – Obras rodoviárias em parceria (2301 – DER/MG). Finalidade: Viabilizar a execução de obras rodoviárias em parceria com outros órgãos públicos ou privados, a fim de atender finalidades específicas e compartilhar responsabilidades e custos. Em última instância, contribuir para maior agilidade, economia e segurança no transporte de pessoas e bens.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (quilômetro pavimentado/melhorado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
10.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
<p>Ação: 4191 – Construção e reforma de obras de arte especiais (2301 – DER/MG). Finalidade: Planejar, realizar e avaliar as ações de intervenção e/ou construção nas obras de arte especiais nas rodovias sob responsabilidade do Estado de Minas Gerais, de modo a mantê-las em boas condições, seguras e adequadas ao volume de tráfego.</p>					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (obra concluída)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
16.347.194,00	0,00	0,00	15	0	0,00

Programa: 066 – Desenvolvimento e integração da infraestrutura de transportes					
Ação: 1034 – Rede de transporte público coletivo rodoviário (1301 – Setop).					
Finalidade: Construir, reformar, ampliar, manter e melhorar a infraestrutura de transporte coletivo rodoviário de passageiros, objetivando a manutenção do bom estado de conservação do patrimônio implantado, a regularidade dos serviços no Estado e o fortalecimento da segurança dos usuários do transporte público metropolitano.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (projeto/obra realizado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
2.216.724,00	0,00	0,00	5	0,00	0,00
Ação: 1035 – Desenvolvimento aeroviário (1301 – Setop).					
Finalidade: Construir, reformar, ampliar, manter e melhorar a infraestrutura de aeroportos para o transporte de passageiros, cargas e serviços, objetivando a manutenção do bom estado de conservação do patrimônio aeroportuário implantado e a regularidade das operações aéreas no Estado.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (projeto/obra realizado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
1.896.107,17	526.211,17	27,75	2	0	0,00
Ação: 1038 – Rede de Metrô (1301 – Setop).					
Finalidade: Contribuir para a melhoria da mobilidade urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com o aumento da participação da modalidade metroviária, aumentando a oferta do serviço, o conforto e a segurança dos usuários.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (malha metroviária gerenciada)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
881.453,18	0,00	0,00	1	0	0,00
Ação: 4227 – Ferrovias mineiras (1301 – Setop).					
Finalidade: Ampliação, restauração e assunção de ferrovias, com o objetivo de resgatar a importância do transporte ferroviário de passageiros e de cargas no Estado, envolvendo negociações com o Governo Federal e com as empresas concessionárias do transporte ferroviário que operam em Minas gerais.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (km operado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
1.000,00	0,00	0,00	30	0	0,00
Ação: 4249 – Transporte ferroviário urbano de passageiros (1301 – Setop).					
Finalidade: Elaboração de estudos e modelagens para o desenvolvimento, inclusive de novas linhas, do transporte ferroviário urbano de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte, envolvendo também a transferência de domínio entre entes federados.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (estudo elaborado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
1.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
Programa: 067 – Planejamento, gerenciamento e fiscalização de serviços e infraestrutura de transportes					
Ação: 1036 – Administração de concessões de serviços e infraestrutura de transportes (1301 – Setop).					
Finalidade: Apoiar a gestão e fiscalização de concessões comuns, patrocinadas ou administrativas, permissões e autorizações com o objetivo de consolidar a estrutura de regulação dos contratos de serviços e infraestrutura de transportes.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (contrato de concessão gerenciado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
11.703.376,17	106.946,48	0,91	4	0	0,00
Ação: 1037 – Desenvolvimento e gerenciamento de estudos e projetos de transportes (1301 – Setop).					
Finalidade: Prover políticas públicas com melhor qualidade técnica e metodologia, identificando e propondo alternativas de melhor relação entre custo e benefício social dos investimentos em transportes.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (estudo, projeto e monitoramento realizado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
1.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00

Ação: **4197 – Fiscalização de concessões** (2301 – DER/MG).

Finalidade: Fiscalizar as obras e serviços realizados pela concessionária e monitorar os parâmetros do quadro de indicadores de desempenho estabelecidos pelo contrato de concessão.

Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (relatório de acompanhamento elaborado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
4.400.000,00	650.060,76	14,77	12	4	33,33

Programa: 026 – Desenvolvimento da infraestrutura estadual, municipal e regional

Ação: **1004 – Apoio à infraestrutura municipal e regional com fornecimento de elementos estruturais** (1301 – Setop).

Finalidade: Fornecer suporte ao desenvolvimento da infraestrutura municipal através do fornecimento de elementos estruturais, contribuindo para a melhoria da mobilidade de pessoas, bens e serviços nos diversos municípios do Estado e nas suas áreas rurais.

Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (material adquirido e distribuído)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
1.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00

Ação: **1005 – Apoio aos municípios e regiões em intervenções de infraestrutura urbana e rural** (1301 – Setop).

Finalidade: Fomentar o desenvolvimento municipal e regional por meio de investimentos em infraestrutura viária e equipamentos públicos visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (convênio realizado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
115.223.126,15	0,00	0,00	2	0	0,00

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento: Sigplan: PPAG 2016 – 2019. Análise da Execução por Ação. In: _____. **Portal de Planejamento e Orçamento do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www.orcamento.mg.gov.br/aoad/index.jsp>>. Acesso em: 5 de junho de 2019.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

1º quadrimestre – 2019

12/6/2019

Comissão: Fiscalização Financeira e Orçamentária

Tema: Avaliação de desempenho dos servidores públicos estaduais

1) Contextualização

A Lei Complementar nº 71, de 30/7/2003, instituiu a avaliação periódica de desempenho individual e disciplinou a perda de cargo público e de função pública por insuficiência de desempenho do servidor público estável e do detentor de função pública na administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

O servidor da administração direta e indireta deve passar anualmente por um processo de avaliação de desempenho com base nas responsabilidades, atividades e tarefas que executa. O processo é conduzido por uma Comissão de Avaliação constituída no órgão de origem do servidor, da qual faz parte sua chefia imediata. Começa com o preenchimento, pela chefia imediata e pelo próprio servidor, do Plano de Gestão do Desempenho Individual (PGDI), no qual são traçadas as metas e as atividades previstas para o período de avaliação. Se o servidor ocupa algum cargo comissionado ou função de confiança, ele é avaliado apenas pela chefia. Em seguida, é feito um acompanhamento periódico do desempenho do servidor por sua chefia. Se for preciso, há ainda uma entrevista com o avaliado, antes do preenchimento do Termo de Avaliação. Logo em seguida, o servidor é comunicado formalmente acerca do resultado da sua avaliação e tem direito a duas instâncias de recurso, caso não concorde com esse resultado.

Poderá ser demitido o servidor que receber dois conceitos sucessivos de desempenho insatisfatório, isto é, pontuação inferior a 50% da pontuação máxima admitida, considerados todos os critérios de julgamento aplicáveis em cada caso. Também podem ser demitidos servidores que receberem três conceitos interpolados de desempenho insatisfatório, em cinco avaliações consecutivas, ou quatro conceitos interpolados de desempenho insatisfatório em 10 avaliações consecutivas.

2) Destaques da atuação da ALMG

- Aprovação da Lei Complementar nº 71, de 30/7/2003, que institui a avaliação periódica de desempenho individual, disciplina a perda de cargo público e de função pública por insuficiência de desempenho do servidor público estável e do detentor de função pública na Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.
- Aprovação da Lei Complementar nº 104, de 4/8/2008, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 71, de 30 de julho de 2003, que institui a avaliação periódica de desempenho individual e disciplina a perda de cargo público e de função pública por insuficiência de desempenho do servidor público estável e do detentor de função pública na administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

3) Visão geral da execução física e financeira das ações programadas – jan-abr/ 2019:

Programa: 190 – Gestão estratégica de pessoas					
Ação: 4511 – Coordenação e aprimoramento da política de gestão do desempenho (1501 – Seplag).					
Finalidade: Formular e coordenar a política de gestão do desempenho visando a melhoria do desempenho individual dos servidores e, por consequência, a ampliação da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (avaliação de desempenho realizada)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
433.170,00	44.640,64	10,31	130.000	0	0,00

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento: Sigplan: PPAG 2016 – 2019. Análise da Execução por Ação. In: _____. **Portal de Planejamento e Orçamento do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www.orcamento.mg.gov.br/aoad/index.jsp>>. Acesso em: 5 de junho de 2019.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

1º quadrimestre – 2019

12/6/2019

Comissão: Fiscalização Financeira e Orçamentária

Tema: Rigidez orçamentária

1) Contextualização

O orçamento público no Brasil é estruturado de forma que as alocações de recursos em programas de governo e/ou território são definidas *a priori* por vinculações, obrigações, limitações e repartições constitucionais e legais, de tal forma que os governos eleitos têm pouca margem de definição sobre a composição do gasto e o financiamento das políticas públicas.

Tal estrutura objetivava promover a atuação responsável dos gestores públicos, de modo a estimular a aplicação de recursos em áreas consideradas relevantes ou promover a restrição do gasto público em outras. Um exemplo é a vinculação de percentual mínimo de receitas para uma área, como os limites mínimos para gastos em educação, em amparo e fomento à pesquisa e em ações e serviços públicos de saúde; outro exemplo é a fixação de um percentual máximo de gasto em função da arrecadação de receitas, como os limites máximos para a despesa com pessoal, dívida pública, garantias, operações de crédito e restos a pagar. A aplicação desses recursos é demonstrada por meio do relatório de gestão fiscal e do relatório resumido de execução orçamentária e, ainda, da prestação de contas do chefe do Poder Executivo. Além dos limites e das vinculações, outras despesas também independem da discricionariedade do gestor para serem obrigatórias, como o pagamento dos salários dos servidores e pensionistas e do serviço da dívida.

Apesar do objetivo de melhoria da qualidade do gasto, a rigidez orçamentária é apontada por muitos como entrave à discussão de prioridades e ao debate democrático de ajustes e reformas.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

1º quadrimestre – 2019

12/6/2019

Comissão: Participação Popular

Tema: Elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e revisão, se houver, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI

1) Contextualização

- O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – é um plano estratégico de longo prazo, que consolida um conjunto de grandes escolhas para a construção do futuro do Estado. Sua elaboração está prevista no art. 231 da [Constituição Estadual de 1989 – CE/89](#) –, que o estabelece como referência para a elaboração dos planos de médio e curto prazos, bem como para os planos setoriais destinados a políticas públicas específicas, tornando-o peça fundamental no planejamento do Estado. Para incentivar o desenvolvimento de Minas Gerais em todas as áreas da ação governamental, a CE/89 determina uma total integração entre o PMDI e os instrumentos de planejamento e orçamento, como a Lei Orçamentária Anual – LOA –, o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Dessa forma, o PMDI se incorpora ao ciclo orçamentário, garantindo a articulação, a interdependência e a compatibilidade desses instrumentos, com o objetivo de buscar a integração das atividades de planejamento, orçamento e gestão da administração pública estadual (vide arts. 154 e 157 da [Constituição Estadual](#)).
- A dinâmica da sociedade nos campos social, econômico, político e cultural requer que os planos de longo prazo sejam atualizados. Tal é o caso do PMDI: um plano de longo prazo, em que cada governo conservará a prerrogativa de atualizá-lo, revê-lo ou mesmo restabelecê-lo, à luz da respectiva plataforma política. Assim, o processo de atualização do PMDI permite que as diretrizes e os objetivos estratégicos de longo prazo sejam renovados, com vistas à sua utilização pelo governo na implementação das políticas públicas e na gestão governamental.
- Já o PPAG sistematiza, para um período de quatro anos e de modo regionalizado, todos os programas que o governo pretende desenvolver, com suas ações, isto é, todos os projetos e atividades previstas para garantir a entrega à sociedade ou à própria administração pública de um produto – bem, serviço ou transferências financeiras –, com os respectivos quantitativos

físicos e financeiros. Via de regra, o PPAG passa por uma revisão anual para que haja a adequação do planejado às necessidades e à conjuntura anual e, por consequência, ao orçamento anual. A revisão é estabelecida na lei que institui o Plano.

- O PPAG é estruturado em programas e ações. O programa é o instrumento de organização da atividade governamental que estabelece as ações a serem implementadas e os resultados a serem alcançados. Ele funciona como elemento integrador do planejamento, do orçamento e da gestão, e resulta do reconhecimento de carências, demandas administrativas, sociais, econômicas e de oportunidades, devendo ser elaborado em conformidade com as diretrizes e prioridades estabelecidas no PMDI. Os programas são conformados por uma ou mais ações, que são as unidades básicas de gestão e definição de metas do PPAG, a partir das quais são detalhadas as despesas orçamentárias. Cada ação é composta por um conjunto de operações e etapas, em que se articulam recursos humanos, materiais, tecnológicos, políticos, gerenciais, institucionais e orçamentários, em prol da entrega de um produto destinado a determinado público-alvo que se beneficiará direta e legitimamente daquela atuação governamental.
- A Seplag possui, como uma de suas atribuições, a de planejar e coordenar a formulação, a execução e a avaliação das políticas públicas relacionadas ao orçamento do Estado. Assim, é nesse órgão que ambos os planos são elaborados, e obter informações do *status* de sua elaboração, sua estrutura e dos cronogramas estabelecidos é fundamental para que a ALMG possa se preparar para a tramitação desses planos – que serão encaminhados como anexos dos projetos de lei que instituem o PPAG e que atualizam o PMDI.

2) Destaques da atuação da ALMG (última legislatura)

- Por determinação constitucional, como destacado no tópico acima, a ALMG recebe os Projetos de Lei do PMDI e do PPAG, que tramitam em rito próprio (vide art. 154 da [Constituição Estadual de 1989](#) e arts. 204, 205 e 206 do [Regimento Interno da ALMG](#)). Os projetos de lei recebem emendas parlamentares (observa-se que, a partir de 2019, as emendas parlamentares são impositivas, como determina a Emenda à [Constituição nº 96, de 26/7/2018](#), e [Decisão da Mesa de 10/10/2018](#)) e emendas por sugestões populares.
- A sociedade civil participa de um processo de discussão, tanto do projeto de lei que atualiza o PMDI quanto dos projetos de elaboração e de revisões do PPAG, no momento em que são encaminhados, pelo Poder Executivo, à ALMG. Esse processo é realizado desde 2003 pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Informações sobre as estruturas do PMDI e do PPAG são repassadas à população para que seja possível a elaboração, por parte dessa mesma população, de sugestões de alteração desses planos a partir de dinâmicas e de discussões em grupos de trabalho.

- Na última legislatura, foram realizados processos participativos de discussão sobre os Projetos de Lei do PMDI e do PPAG:
 - 2015 – Atualização do PMDI 2016-2027 – [Lei nº 21.967, de 12/1/2016](#);
 - 2015 – Elaboração do PPAG 2016-2019 – [Lei nº 21.968, de 14/1/16](#);
 - 2016 – Revisão do PPAG 2016-2019, exercício 2017 – [Lei nº 22.475, de 29/12/16](#);
 - 2017 – Revisão do PPAG 2016-2019, exercício 2018 – [Lei nº 22.942, de 12/1/18](#);
 - 2018 – Revisão do PPAG 2016-2019, exercício 2019 – [Lei nº 23.288, de 9/1/19](#).

3) Visão geral da execução física e financeira das ações programadas – jan-abr/ 2019:

Programa: 148 – Coordenação da ação governamental					
Ação: 4629 – Coordenação do processo de elaboração e gestão do planejamento e orçamento estadual (1501 – Seplag).					
Finalidade: Organizar e dispor de materiais, recursos, técnicas, métodos e pessoas para auxiliar os órgãos e entidades estaduais na elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento, em consonância com estratégia governamental previamente definida.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (documento de planejamento / orçamento publicado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
473.369,00	53.020,53	11,20	16	5	31,25

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento: Sigplan: PPAG 2016 – 2019. Análise da Execução por Ação. In: _____. **Portal de Planejamento e Orçamento do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www.orcamento.mg.gov.br/aoad/index.jsp>>. Acesso em: 5 de junho de 2019.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

1º quadrimestre – 2019

12/6/2019

Comissão: Participação Popular

Tema: Execução das emendas orçamentárias oriundas do processo de discussão participativa do [PPAG 2016-2019](#), revisão para o exercício 2019.

1) Contextualização

- Em Minas Gerais, o planejamento e o orçamento são elaborados por meio de um conjunto de instrumentos legais de longo, médio e curto prazos. São eles o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, inovação trazida pela Constituição Estadual que corresponde ao planejamento estratégico da atuação governamental no longo prazo; o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –; a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO –; e a Lei Orçamentária Anual – LOA. O PPAG corresponde ao planejamento de médio prazo do governo; define as estratégias, diretrizes e metas da administração por um período de quatro anos. A LOA estabelece todas as receitas e despesas do governo para o ano seguinte. E a LDO estabelece as regras que deverão ser observadas na formulação do Projeto de Lei Orçamentária Anual pelo Poder Executivo e na sua discussão, votação e aprovação, pelo Legislativo, define as ações do planejamento que terão prioridade no orçamento e também estabelece compromissos fiscais que darão sustentabilidade a essas ações a longo prazo.
- O grande debate que se apresenta atualmente, face à grave crise fiscal e financeira por que passa o governo, diz respeito à execução do planejado no PPAG e na LOA para o ano de 2019. Na esteira dessa discussão, a execução das emendas oriundas de sugestões populares, apresentadas no processo participativo de discussão do PPAG, passa a ter centralidade, já que essas emendas resultaram de um processo intenso de discussão sobre o PPAG na ALMG.
- A Seplag, como responsável por planejar e coordenar a formulação, a execução e a avaliação das políticas públicas relacionadas ao orçamento do Estado, é órgão extremamente relevante para a parceria com a ALMG no que toca ao processo de discussão participativa do PPAG e também no monitoramento da execução das emendas originadas desse processo. Ressalte-se que as emendas, na classificação orçamentária da LOA, recebem um identificador específico – 4 – no Identificador de Procedência e Uso (identificador que informa se os recursos são de

livre utilização do Estado ou se sua utilização está vinculada a alguma destinação específica), o que possibilita o adequado monitoramento das emendas.

2) Destaques da atuação da ALMG

- Desde 2003, o projeto de lei que institui o PPAG e suas revisões anuais são discutidos com a sociedade civil em evento da ALMG, realizado em parceria com o governo do Estado. O processo de elaboração e de revisão do PPAG na Assembleia é conduzido por meio da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária – FFO –, que recebe e analisa as emendas parlamentares. A elaboração e a revisão do PPAG são, ainda, abertas à participação da sociedade civil por meio da Comissão de Participação Popular – PPO –, que atua em conjunto com a FFO e demais comissões temáticas.
- Recebido o projeto de lei de elaboração ou de revisão do PPAG, a PPO e a FFO realizam audiências públicas em que são formados grupos de trabalho nos quais são discutidas a execução do plano e suas alterações, sendo aí também recebidas sugestões populares de alteração elaboradas coletivamente nesses grupos. A PPO analisa as sugestões populares, as transforma em propostas de ação legislativa – PLEs – e sobre elas emite um parecer, que pode resultar em uma emenda, de autoria da Comissão, ao Projeto de Lei de Revisão do PPAG ou ao Projeto de Lei Orçamentária, e/ou em requerimento de pedido de informações ou de pedido de providências a órgão ou entidade governamental.
- No processo de discussão do [Projeto de Lei nº 5.405/2018](#), que dispôs sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício 2019, foram apresentadas 316 sugestões populares, elaboradas em 17 grupos de trabalho, relativos aos 5 eixos temáticos que organizam o PPAG. Os grupos de trabalho foram realizados entre os dias 30 de outubro e 8 de novembro. Os relatórios com as sugestões foram entregues por relatores, escolhidos pelos participantes de cada grupo, à Comissão de Participação Popular na audiência pública de encerramento, ocorrida em 8 de novembro. Foi registrada a presença de 445 cidadãos, representando 147 instituições.
- Após análise e aglutinação das sugestões recebidas no processo participativo de discussão do PPAG, foram geradas 77 PLEs, que opinavam pela apresentação de 69 emendas ao PPAG, 53 emendas ao Projeto de Lei Orçamentária e 160 requerimentos com pedido de providências ou de informações a órgãos e entidades do Poder Executivo, a fim de exercer a fiscalização das políticas públicas estaduais. A essas PLEs foram somadas mais três PLEs, originadas do evento Parlamento Jovem de Minas 2018, que sugeriram a apresentação de uma emenda ao PPAG, três emendas à LOA e 13 requerimentos, totalizando, ao final, 80 PLEs apreciadas pela Comissão de Participação Popular, que foram acolhidas na forma de 70 emendas ao PPAG, 56 emendas à LOA e 173 requerimentos.

- O processo de discussão do [Projeto de Lei do PPAG 2016-2019](#) para o exercício 2019 mobilizou um total de R\$20.000.000,00, englobando, nesse montante, previsões de recursos para novas ações (13 novas ações foram criadas), acréscimos de meta financeira em ações já existentes ou especificação de objetos de gasto com ou sem acréscimos de recursos. A distribuição de recursos entre os eixos foi a seguinte: R\$8,7 milhões (43,58% do total) destinados ao eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; R\$5,9 milhões (29,77% do total) destinados ao eixo Saúde e Proteção Social; R\$1,5 milhão (7,9%) para o eixo Segurança Pública; R\$2,5 milhões (12,6%) para o eixo Educação e Cultura; R\$230 mil (1,15%) para o eixo Infraestrutura e Logística; e R\$1 milhão (5%) para o eixo Governo.
- Ressalte-se que, até 30/4/2019, apenas a emenda da ação 4302 – Operacionalização das ações do Conselho Estadual de Política Cultural – Consec (programa 135) apresentava R\$ 8.300,00 empenhados, valor que corresponde a 8,3% do montante da emenda aprovada, de R\$100.000,00. As demais ações que foram objetos de emenda por sugestão popular não tiveram execução (0% de execução) até a referida data. Do montante de R\$20.000.000,00 aprovado no processo participativo de discussão do PPAG, houve empenho de apenas R\$8.300,00, o que perfaz um percentual de execução de 0,04%.

3 – Emendas por sugestão popular aprovadas e impactos orçamentários:

Quadro 1 – Emendas por sugestão popular aprovadas e impactos orçamentários

Prog.	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R1,00)	UO
003	2003	Gestão da Infraestrutura Predial	Acréscimo de recursos para a manutenção da Casa da Mulher Mineira, em Belo Horizonte. (despesas correntes).	200.000	PCMG
022	4650	Enfrentamento da Violência contra a Mulher	Acréscimo de meta física e financeira no Território Multiterritorial, para a manutenção de 3 Unidades Móveis de Atendimento à Mulher – Ônibus Lilás –, ao custo de R\$200.000,00, cada, em Araçuaí, Belo Horizonte e Ponte Nova. (despesas correntes).	600.000	SEDPAC
070	2037	Divulgação Governamental	Acréscimo de recursos para a realização de campanhas e ações de propaganda de caráter educativo, informativo ou de orientação social para conscientizar a população Sobre a violência e o assédio sexual e desmistificar o padrão da mulher utilizado na mídia. (despesas correntes).	200.000	SEGOV
189	4508	Apoio à Realização de Eventos Esportivos	Acréscimo de recursos para a realização da II Copa de Futebol da Juventude Rural de Minas Gerais. (despesas correntes).	200.000	SEESP
189	4138	Promoção do Esporte Indígena	Acréscimo de recursos para a realização dos Jogos Indígenas de Minas Gerais. (despesas correntes).	199.000	SEESP

Prog.	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R1,00)	UO
140	4370	Formação, Capacitação e Profissionalização Artística e Cultural	Alteração do produto para “ação de capacitação”; alteração da unidade de medida para “ação”, e acréscimo de meta física (1) e financeira (R\$200.000,00) no território Multiterritorial, para a realização do Projeto “Periferias em Rede”. (despesas correntes).	200.000	SEC
140	4366	Estímulo e Apoio às Culturas Urbanas	Acréscimo de meta física (2) e financeira (R\$220.000,00) no Território Metropolitano, para a realização do “Dia das Favelas” (R\$200.000,00), e para a realização da “Mostra Puxadinho” (R\$20.000,00). (despesas correntes).	220.000	SEC
140	4356	Fomento às Artes Cênicas	Acréscimo de meta física (2) e financeira (R\$200.000,00) no Território Multiterritorial, para a realização do 8º Festival de Teatro de Araçuaí (R\$100.000,00), e para a realização do 12º Festival de Teatro do Vale do Jequitinhonha – Festeje (R\$100.000,00). (despesas correntes).	200.000	SEC
140	4360	Estímulo e Apoio as Culturas Populares e Tradicionais	Acréscimo de meta física (5) e financeira (R\$870.000,00) no Território Multiterritorial, para: - realização do 36º Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha – Festivale (R\$ 250.000,00); - apoio aos artesãos expositores no Festivale (R\$ 60.000,00); - realização do Mucuriarte (R\$ 250.000,00); - apoio aos artesãos expositores no Mucuriarte (R\$ 60.000,00); - realização do Festival de Quadrilhas do Jequitinhonha (R\$ 50.000,00); - realização do Circuito Cultural “Entre Cantos na Beira do Fanado”, em Minas Novas, Capelinha, Turmalina e Angelândia (R\$ 50.000,00); - realização do Circuito Cultural Quilombola do Vale do Mucuri (R\$150.000,00). (despesas correntes).	870.000	SEC
140	4364	Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural	Acréscimo de meta física (5) e financeira (R\$560.000,00) no Território Multiterritorial, para: - realização da Feira de Cultura Popular do Sul de Minas (R\$ 200.000,00); - realização do Festival Regional de Arte, Cultura e Gastronomia – Montanhas Cafeeiras (R\$ 60.000,00); - Feira de Artesanato do Vale do Jequitinhonha na UFMG (Via Associação dos Produtores e Agentes Culturais Através da Arte de Padre Paraíso – Apaca (R\$ 200.000,00); - realização do 33º Salão Nacional de Poesia Psu Poético, em Montes Claros (R\$ 50.000,00); - realização da Festa Literária de Sabará, pelo Instituto Cultural Aníbal Machado/Borrachaloteca (R\$ 50.000,00). (despesas correntes).	560.000	SEC
140	4353	Apoio, Estímulo, Difusão e Internacionalização de Projetos Culturais do Setor Audiovisual	Acréscimo de meta física (1) e financeira (R\$20.000,00) no Território Multiterritorial, para a realização da Terceira Mostra de Cinema de Fama. (despesas correntes).	20.000	SEC
138	4345	Reforma, Adequação e Manutenção de Espaços Culturais e Grupos	Acréscimo meta física e financeira no Território Metropolitano, para a implantação do Centro de Referência do Circo (R\$150.000,00) e da Casa dos Artistas (R\$ 200.000,00), em Belo Horizonte. (despesas de capital).	350.000	SEC

Prog.	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R1,00)	UO
135	4302	Operacionalização das Ações do Conselho Estadual de Política Cultural – Consec	Acréscimo de recursos na ação para a operacionalização das atividades do Consec (não houve especificação do objeto do gasto). (despesas correntes).	100.000	SEC
106	4269	Política de Atendimento ao Estudante	Acréscimo do Território Multiterritorial, com meta física (125) e financeira (R\$600.000,00) para ampliação da política de atendimento ao estudante (não houve especificação do objeto do gasto). (despesas correntes)	600.000	UEMG
022	2065	Educação Profissional de Segurança Pública	Acréscimo do Território Multiterritorial, com meta física (100) e financeira (R\$150.000,00), para a capacitação de 100 policiais militares para atuação nas Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVDS – da PMMG. (despesas correntes).	150.000	PMMG
022	4280	Proteção Emergencial às Pessoas Ameaçadas	Acréscimo de meta física (199) e financeira (R\$100.000,00) no Território Multiterritorial para ampliação do atendimento emergencial a pessoas em situação de grave ameaça à sua integridade física ou risco de morte iminente (não houve especificação do objeto do gasto) (despesas correntes).	100.000	SEDPAC
022	4153	Enfrentamento a Violência Contra a Juventude Negra	Acréscimo de recursos na ação para o desenvolvimento de ações direcionadas à juventude negra, especialmente no que se refere à execução de projetos de introdução a lazer e cultura, inserção em cursos profissionalizantes e recuperação e/ou redução de danos decorrentes do uso de álcool e outras drogas. (despesas correntes).	42.000	SEDPAC
022	4650	Enfrentamento da Violência contra a Mulher	Acréscimo de recursos na ação para ampliação das ações de enfrentamento à violência contra a mulher do campo e da cidade (não houve especificação do objeto do gasto). (despesas correntes).	100.000	SEDPAC
036	4156	Operacionalização e Implementação do Memorial de Direitos Humanos – Casa da Liberdade	Alteração do nome da ação, incluindo a manutenção; alteração de finalidade para: Implantar, implementar, preservar, operacionalizar e manter equipamento público destinado à preservação e difusão da memória e verdade; e acréscimo de meta financeira (R\$200.000,00) no Território Multiterritorial para a realização de projeto executivo de instalação do Memorial de Direitos Humanos – Casa da Liberdade. (despesas correntes).	200.000	SEDPAC
036	4548	Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social	Alteração da finalidade da ação para: Realizar ações de promoção, proteção e defesa de direitos humanos, promovendo o acesso a direitos e a participação social, e realizar conferências regionais e estaduais como forma de propiciar a efetivação de mecanismos de democracia participativa e controle social visando a defesa e a promoção dos direitos humanos; e acréscimo dos territórios Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, e Mucuri, com metas físicas (1, 2 e 1, respectivamente) e financeiras (R\$70.000,00, R\$140.000,00 e R\$70.000,00, respectivamente), para a realização de peças teatrais e atividades educacionais e lúdicas, direcionadas a crianças e adolescentes dos territórios acrescidos, sobre a temática do enfrentamento da violência sexual. (despesas correntes).	280.000	SEDPAC

Prog.	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R1,00)	UO
036	4652	Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento do Racismo	Alteração do nome da ação, incluindo o respeito à diversidade religiosa; alteração da finalidade para: Promover ações visando ao respeito da diversidade religiosa e ao empoderamento da população negra, voltadas especialmente para religiosos de matriz africana, quilombolas, conselheiros de promoção da igualdade racial e gestores de políticas públicas de igualdade racial, como forma de reconhecimento de direitos, promoção da igualdade e enfrentamento ao racismo; acréscimo de meta física (50) e financeira (R\$150.000,00), para a formação e capacitação sobre diversidade religiosa e igualdade racial, especialmente de religiosos de matriz africana, quilombolas, conselheiros e gestores de políticas públicas de promoção da igualdade racial. (despesas correntes).	150.000	SEDPAC
036	4544	Operacionalização da Casa de Direitos Humanos	Acréscimo de recursos na ação para manter a estrutura da Casa de Direitos Humanos, com vistas a possibilitar a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, promovendo a igualdade e garantindo a dignidade (não houve especificação do objeto do gasto). (despesas correntes).	300.000	SEDPAC
036	AÇÃO NOVA	Elaboração e Implementação de Planos Estaduais de Políticas Públicas a Públicos Específicos	Inclusão de ação destinada à elaboração e implementação dos Planos Estaduais da Promoção da Igualdade Racial – Planepir –, da população LGBTI – Minas Sem LGBTIFobia –, de Políticas para Mulheres, da Pessoa com Deficiência – Minas Inclui –, e da Política para a População em Situação de Rua, com meta física (5) e financeira (R\$500.000,00), no Território Multiterritorial. (despesas correntes).	500.000	SEDPAC
036	AÇÃO NOVA	Manutenção do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua	Inclusão de ação destinada a equipar e manter o Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, como espaço de efetivação da defesa de Direitos Humanos deste público no Estado, e implantar polos (ou centros) regionais para a população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis, fornecendo suporte técnico aos municípios, com meta física (1) e financeira (R\$200.000,00), no Território Multiterritorial.	200.000	SEDPAC
019	4114	Qualificação da Rede de Proteção, Promoção da Valorização Cultural e Qualificação Profissional	Acréscimo de recursos na ação, para a implantação da Escola Metropolitana de Agroecologia na Unidade da Fucam em Esmeraldas. (despesas correntes).	500.000	FUCAM
128	2120	Articulação Institucional em Segurança Alimentar Nutricional Sustentável	Alteração de finalidade da ação para: Construir estratégias e condições favoráveis e realizar capacitações para o desenvolvimento de políticas públicas na área de segurança alimentar e nutricional sustentável através dos órgãos e entidades da administração pública estadual. E acréscimo de meta física (9) e financeira (R\$100.000,00) no território Metropolitano, sem especificação do objeto do gasto. (despesas correntes).	100.000	SEPLAG

Prog.	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R1,00)	UO
128	4207	Tecnologias Sociais e Infraestrutura Hídrica de Contenção, Reservação de Água e Proteção Ambiental	Acréscimo de recursos na ação para possibilitar o acesso à água para consumo humano, animal e produção de alimentos no semiárido mineiro, alinhado com o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (não houve especificação do objeto do gasto).	300.000	EMATER
115	4320	Manutenção do Conselho Estadual e da Gestão Compartilhada e Participativa do Suas	Acréscimo de meta física e financeira no Território Multiterritorial, para realizar encontros regionais para os 22 Fóruns Regionais e as 22 Uniões Regionais dos Conselhos Municipais de Assistência Social – Urcmas. (despesas correntes).	380.000	FEAS
127	4423	Qualificação Profissional	Acréscimo de meta física e financeira no Território Multiterritorial para viabilizar a implementação de programa baseado na Metodologia de Aprendizagem, que atenda jovens de 15 a 23 Anos (R\$50.000,00) e para a qualificação profissional de pessoas em situação de rua (R\$50.000,00). (despesas correntes).	50.000	SEDESE
127	4423	Qualificação Profissional	Acréscimo de meta física e financeira no Território Multiterritorial para viabilizar a implementação de programa baseado na Metodologia de Aprendizagem, que atenda jovens de 15 a 23 Anos (R\$50.000,00) e para a qualificação profissional de pessoas em situação de rua (R\$50.000,00) (despesas correntes).	50.000	SEDESE
073	AÇÃO NOVA	Formação, armazenamento e distribuição de sementes crioulas e variedades	Inclusão de ação destinada a instituir campos de produção de sementes crioulas, adaptadas às intempéries climáticas, equipados com infraestrutura de irrigação; implementar ou adaptar bancos de sementes crioulas; desenvolver ações de capacitação sobre conservação, produção e melhoramento de sementes crioulas; e promover intercâmbios entre comunidades, agricultores e agricultoras familiares que utilizam essas sementes, nos territórios Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Norte e vale do Rio Doce, com meta física (60, cada) e financeira (R\$60.000,00, cada).	300.000	SEDESE
151	4580	Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social	Acréscimo de recursos para a execução do Projeto Protagonismo LGTBI, visando à capacitação de multiplicadores para o desenvolvimento de ações em todos os territórios do Estado (despesas correntes).	200.000	SEDESE
122	1056	Implantação de Barramentos – Pequenas Barragens	Acréscimo de meta física e financeira nos Territórios Alto Jequitinhonha e Mucuri, para a Construção de 12 Reservatórios em Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Fanado, sendo três em cada um dos municípios listados: - Alto Jequitinhonha: Capelinha (3 Reservatórios), Minas Novas (3 Reservatórios), Turmalina (3 Reservatórios) - Mucuri: Angelândia (3 Reservatórios) (despesas de capital)	518.364	SEDINOR

Prog.	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R1,00)	UO
122	4608	Implantação de Tecnologia Social e Conscientização Ambiental em parceria com as Escolas Família Agrícola	Acréscimo de recursos para a implantação da infraestrutura de saneamento básico necessária ao funcionamento das escolas família agrícola situadas na área de atuação da Sedinor. Tal implantação deve priorizar soluções acessíveis, como as tecnologias sociais, que possam ser aprendidas e aplicadas pelos próprios estudantes e, dessa forma, replicadas em suas comunidades (despesas correntes).	330.000	SEDINOR
191	AÇÃO NOVA	Fortalecimento das Associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis	Inclusão de ação destinada a fortalecer as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis por meio de: capacitação desses trabalhadores; produção de material gráfico; melhoria de infraestrutura com equipamentos para o incremento da reciclagem (caminhão, prensa, balança, empilhadeiras, triturador de papéis, outros); medidas para melhoria da saúde ocupacional (EPIs e vacinação); assistência técnica e campanhas de mobilização social, com meta física (5) e financeira (R\$250.000,00) no Território Multiterritorial.	250.000	FEAM
191	4517	Bolsa Reciclagem	Alteração de finalidade da ação para: promover a redução, a reutilização e a reciclagem de materiais que seriam descartados de forma inadequada em aterros e lixões, contribuindo para a redução dos custos de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos – RSU – e para a inclusão socioproductiva dos catadores de material reciclável, além de fortalecer a operacionalização do comitê gestor do Bolsa Reciclagem por meio da capacitação dos membros, do transporte para a participação em eventos; da garantia de recursos para intercâmbio de experiências; e do desenvolvimento de sistema para o monitoramento dos dados do programa, e acréscimo de meta financeira (R\$130.000,00), no território Multiterritorial para fortalecer a operacionalização do Comitê Gestor do Bolsa Reciclagem, por meio da capacitação dos membros, do transporte para a participação em eventos; da garantia de recursos para intercâmbio de experiências; e do desenvolvimento de sistema para o monitoramento dos dados do programa. (despesas correntes).	130.000	FEAM
064	1032	Construção de Reservatórios de Médio e Pequeno Porte	Acréscimo de meta física e financeira nos territórios Alto Jequitinhonha (1 / R\$1.000.000,00) e Médio e Baixo Jequitinhonha (1 / R\$1.000.000,00) para armazenar e distribuir volumes de água aumentando a disponibilidade para o consumo humano e animal, para hortas e pequenas irrigações, visando minimizar os efeitos da seca (não houve especificação do objeto do gasto). (despesas de capital)	2.000.000	SEAPA
062	4151	Estradas Vicinais	Acréscimo de meta física (50) e financeira (R\$500.000,00) no Território Multiterritorial, para a readequação de 50 Km de Estradas Vicinais, sendo 30 Km no município de Minas Novas (R\$ 300.000,00) e 20 Km no município de Turmalina (R\$ 200.000,00). (despesas de capital)	500.000	SEAPA

Prog.	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R1,00)	UO
120	4379	Monitoramento Hidrogeometeorológico	Acréscimo de recursos na ação para: - implantação de 3 Estações Fluviométricas Telemétricas (PCD), no Alto Jequitinhonha, ao custo de R\$ 300.000,00; - instalação e operação, ao custo de R\$ 958.254,00, de 8 Pontos de Rede de Monitoramento Integrado de Águas Subterrâneas, sendo 1 no Alto Jequitinhonha, ao custo de R\$120.000,00; 1 no Médio e Baixo Jequitinhonha, ao custo de R\$120.000,00, 1 no Mucuri, ao custo de R\$120.000,00, e 5 no Metropolitano, ao Custo de R\$598.254,00. (despesas de capital).	1.258.254	IGAM
143	4322	Fomento Florestal	Acréscimo de meta física (100) e financeira (R\$300.000,00) no Território Alto Jequitinhonha, para a recuperação de 40 Km (100 ha) da Área de Preservação Permanente do Córrego Areão, no município de Capelinha. (despesas correntes)	300.000	IEF
125	4639	Formação e Assessoramento a Empreendimentos Solidários	Inclusão da população em situação de rua como público-alvo da ação e acréscimo de meta física (50) e financeira (R\$50.000,00), sendo a finalidade da ação: capacitar, formar, assessorar, incubar e dar apoio técnico a empreendimentos solidários e pequenos empreendedores, visando a melhoria da organização dos seus negócios, por meio da qualificação da produção e gestão administrativa de forma a torná-los autossustentáveis e autogestionáveis (não houve especificação do objeto do gasto). (despesas correntes).	50.000	SEDESE
125	4564	Estruturação e Manutenção de Espaços para Comercialização dos Produtos	Acréscimo de meta física (11) e financeira (R\$435.000,00) no Território Multiterritorial para a realização de 10 Feiras Regionais e 1 Feira Estadual de Economia Popular Solidária. (despesas correntes)	435.000	SEDESE
125	4562	Estruturação e Financiamento Solidário de Unidades Produtivas	Acréscimo de meta física (26) e financeira (R\$100.000,00) no Território Multiterritorial, sendo R\$40.000,00 destinados ao atendimento da população em situação de rua, sendo a finalidade da ação: proporcionar melhores condições nos processos de produção dos empreendimentos solidários e de pequenos empreendedores do Estado de Minas Gerais, por meio da provisão de equipamentos e insumos, além do apoio para seu financiamento no âmbito da ação. (despesas correntes)	100.000	SEDESE
125	4566	Inclusão Produtiva dos Catadores de Materiais Recicláveis nas Coletas Seletivas Solidárias	Inclusão do Território Multiterritorial, com meta física (45) e financeira (R\$320.000,00), para promover a inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis não organizados e da população em situação de rua e o fomento aos empreendimentos econômicos solidários e às redes de cooperação atuantes com resíduos sólidos (não houve especificação do objeto do gasto). (despesas correntes)	320.000	SEDESE
046	4549	Regularização Fundiária Urbana Plena	Acréscimo do território Metropolitano, com meta física (5) e financeira (R\$30.000,00), para promover a regularização fundiária urbana em consonância com o princípio da função social da propriedade (não houve especificação do objeto do gasto). (despesas correntes)	30.000	SECIR
009	AÇÃO NOVA	Assessoramento de Gestão às Agroindústrias Familiares	Inclusão de ação (restaura a Ação 4641) destinada a assessorar as agroindústrias familiares nas dimensões jurídica, tributária, ambiental e sanitária, com vistas à sua regularização e à melhoria de sua gestão, com meta física (10) e financeira (R\$100.000,00) no Território Multiterritorial.	100.000	SEDA

Prog.	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R1,00)	UO
009	AÇÃO NOVA	Apoio à Estruturação das Cooperativas da Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar	Inclusão de ação (restara a Ação 4642) destinada a apoiar a estruturação das cooperativas da agroindústria familiar, com equipamentos, veículos, softwares e infraestrutura, com meta física (10 e financeira (R\$100.000,00) no território Multiterritorial.	100.000	SEDA
025	4057	Desenvolvimento de Pesquisa Agropecuária e Agroindustrial	Inclusão do Território Alto Jequitinhonha, com meta física (1) e meta financeira (R\$300.000,00), para o desenvolvimento de pesquisa, em parceria com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, relativa à produção de azeite e vinho no Alto Jequitinhonha. (despesas correntes)	300.000	EPAMIG
059	4257	Acesso à Terra e Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Alteração de finalidade, para incluir a regularização fundiária, e acréscimo de meta física (32) e financeira (R\$280.000,00) no Território Multiterritorial, sem especificação do objeto do gasto. (despesas correntes).	280.000	SEDA
059	4131	Apoio a Feiras Livres da Agricultura Familiar	Acréscimo do Território Multiterritorial, com meta física (45) e financeira (R\$150.000,00), para apoiar a implantação, revitalização e modernização de feiras livres da agricultura familiar e urbana, de maneira a viabilizar os circuitos curtos de comercialização, dinamizar a economia local dos municípios, gerar trabalho e renda para os agricultores por meio do escoamento da produção e contribuir para a segurança alimentar e nutricional sustentável (não houve especificação do objeto do gasto). (despesas correntes)	150.000	SEDA
059	AÇÃO NOVA	Apoio aos Projetos Profissionais dos Jovens Egressos das Escolas Família Agrícola – EFAs – e de Escolas Técnicas Agrícolas	Inclusão de ação (restaura a Ação 4634) destinada a fomentar e financiar os projetos profissionais dos jovens egressos das Escolas Família Agrícola e de escolas técnicas agrícolas, com o objetivo de oferecer alternativas para sua permanência no campo, promovendo, assim, a sucessão rural, com meta física e financeira nos territórios Alto Jequitinhonha (1 / R\$13.636,00); Caparaó (6 / R\$81.816,00); Mata (1 / R\$13.636,00); Médio e Baixo Jequitinhonha (6 / R\$481.824,00); Mucuri (2 / R\$27.272,00); Multiterritorial (1 / R\$13.636,00); Noroeste (1 / R\$13.636,00); Norte (2 / R\$27.272,00); Sul (1 / R\$13.636,00) e Vertentes (1 / R\$13.636,00).	300.000	SEDA
059	4209	Apoio à Inclusão Produtiva e Autonomia Econômica das Mulheres do Campo	Inclusão dos territórios Alto Jequitinhonha, Mata, Médio e Baixo Jequitinhonha, Metropolitano, Mucuri, Norte, Sul e Vertentes, com metas física (2, cada) e financeira (R\$30.000,00, cada) para contribuir para a emancipação produtiva e econômica e melhoria da qualidade de vida das mulheres do campo (não houve especificação do objeto do gasto. (despesas correntes)	240.000	SEDA
059	AÇÃO NOVA	Feira Estadual da Agricultura Familiar – Agriminas	Inclusão de ação (restaura a Ação 4622) destinada a realizar uma Feira Estadual da Agricultura Familiar, com o objetivo de fortalecer a comercialização de seus produtos e expandir o acesso aos mercados, com meta física (1) e financeira (R\$400.000,00) no Território Metropolitano.	400.000	SEDA

Prog.	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R1,00)	UO
147	4651	Assessoria Técnica a Municípios e a Entidades da Sociedade Civil Que Promovem o Acesso à Moradia de Interesse Social	Acréscimo de meta financeira (R\$29.000,00) e redução de meta física para 15, no Território Multiterritorial para apoiar municípios e entidades da sociedade civil que promovem o acesso à moradia de interesse social para que se viabilize a elaboração de projetos arquitetônicos e dos planos técnicos sociais de habitações urbanas (não houve especificação do objeto do gasto. (despesas correntes)	29.000	SECIR
152	AÇÃO NOVA	Fomento à Apicultura	Inclusão de ação destinada a apoiar a implantação e a consolidação de estruturas de produção de mel e derivados, com estímulo à gestão coletiva, proporcionando a geração de emprego e renda e a segurança alimentar do agricultor familiar, com meta física e financeira nos territórios Alto Jequitinhonha (130 / R\$78.000,00); Médio e Baixo Jequitinhonha (130 / R\$78.000,00); Mucuri (130 / R\$78.000,00); e Norte (200 / R\$120.000,00).	354.000	SEDA
152	AÇÃO NOVA	Promoção e Desenvolvimento do Artesanato do Norte e do Nordeste de Minas Gerais	Inclusão de ação destinada a Fomentar as políticas voltadas para o artesanato no Norte e no Nordeste do Estado como forma de contribuir para a inclusão social, com geração de trabalho e renda. Fortalecer as organizações coletivas e minimizar a informalidade dos artesãos. Desenvolver parcerias para a capacitação de artesãos. Apoiar a promoção/comercialização em feiras/exposições e, assim, contribuir para o aumento do PIB dessas regiões. Reconhecer a importância da atividade artesanal e valorizar o artesão por meio da entrega da carteira nacional do artesão, com metas física e financeira nos territórios Alto Jequitinhonha (50 / R\$50.000,00); Médio e Baixo Jequitinhonha (100 / R\$100.000,00); Mucuri (50 / R\$50.000,00); e Norte (50 / R\$50.000,00).	250.000	IDENE
034	4094	Regionalização e Descentralização das Políticas de Turismo	Acréscimo do Território Alto Jequitinhonha, com meta física (5) e financeira (R\$180.000,00), para a realização de quatro atividades do Projeto "Escola na Trilha" (R\$60.000,00) e para a contratação de consultoria especializada no apoio à estruturação de projetos de produção associada ao turismo (R\$120.000,00). A emenda propôs, ainda, a exclusão do território Multiterritorial, com a transferência de meta financeira para o Alto Jequitinhonha. Dessa forma, houve cancelamento de R\$11.327,00, na mesma ação, e R\$168.673,00, da Reserva de Contingência. (despesas correntes).	180.000	SETUR
034	4092	Qualificação dos Gestores Públicos e da Cadeia Produtiva do Turismo	Acréscimo de recursos na ação, para a realização de atividades de capacitação de profissionais para receber pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, nos atrativos turísticos do Estado. (despesas correntes)	100.000	SETUR
079	4185	Elaboração de Projetos de Engenharia	Acréscimo de meta física (1) e financeira (R\$200.000,00) no Território Metropolitano, para a elaboração de projeto de engenharia para a adequação/duplicação da Rodovia MG-005, no trecho entre a Avenida José Cândido da Silveira e o Anel Rodoviário, com extensão de 2 quilômetros. (despesas de capital)	200.000	DEERMG

Prog.	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R1,00)	UO
079	AÇÃO NOVA	Recuperação e readequação da BR-367	Inclusão de ação destinada a realizar ações e destinar recursos, com o objetivo de readequar a BR-367, incluindo, mas não se limitando: a assinatura de convênio/cooperação técnica com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, visando a assunção de trechos hoje sob jurisdição federal; a recuperação e adequação de capacidade de trechos pavimentados; a pavimentação de trechos ainda não pavimentados; a instalação de postos de fiscalização, de praças de pesagem e de radares de velocidade; melhorias e adequações viárias dos trevos de acesso; e melhoria na sinalização vertical e horizontal (notadamente nos trechos com maiores índices de acidentes), com prioridade dos trechos no Território Médio e Baixo Jequitinhonha, com meta física (1) e meta financeira (R\$1.000,00) no Território Multiterritorial.	1.000	DEERMG
170	AÇÃO NOVA	Promoção e Desenvolvimento do Artesanato de Minas Gerais	Inclusão de ação (restaura a Ação 4462) destinada a Fomentar as políticas voltadas para o artesanato/artesão nos 17 territórios de desenvolvimento, contribuindo para a inclusão social, com geração de trabalho e renda. Fortalecer as organizações coletivas, minimizando a informalidade dos artesãos. Desenvolver parcerias para a capacitação de artesãos. Apoiar a promoção/comercialização em feiras/exposições, contribuindo para o aumento do PIB do Estado. Reconhecer a atividade artesanal e o artesão por meio da entrega da carteira nacional do artesão, com meta física (1) e meta financeira (R\$1.000,00) no Território Multiterritorial.	1.000	SEDECTES
003	4003	Perícias Técnico-Científicas	Acréscimo de recursos na ação, para a aquisição de equipamentos (computadores e mobiliário específicos) para o Instituto Médico Legal de Belo Horizonte e Postos de Perícia Médico-legais do Estado (R\$300.000,00), para o Atendimento às Vítimas de Violência Sexual, e para a Instalação de Laboratórios no Instituto Médico Legal de Belo Horizonte (R\$200.000,00). (despesas de capital).	500.000	PCMG
004	2003	Gestão da Infraestrutura Predial	Inclusão dos territórios Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri, com metas física (1, cada) e financeira (R\$200.000,00, cada), para a implantação de duas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams –, sendo uma no Território Médio e Baixo Jequitinhonha (R\$200.000,00) e outra no Mucuri (R\$200.000,00). (despesas de capital).	400.000	PCMG
029	4055	Gestão do Risco de Desastres	Acréscimo de recursos na ação, para a aquisição de dois caminhões-pipa para estruturação da capacidade de resiliência dos municípios, no Território Mucuri. (despesas de capital).	531.382	Gabinete Militar do Governador
029	AÇÃO NOVA	Comando e Gerenciamento de Desastres no Estado	Inclusão de ação destinada a criar e estabelecer Centros Integrados de Gerenciamento e Ações em Desastres em cada regional do Estado de Minas Gerais, com vistas à realização de ações de enfrentamento da seca nas regiões Norte de Minas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com meta física (1) e meta financeira (R\$1.000,00) no Território Multiterritorial.	1.000	Gabinete Militar do Governador

Programa	Ação	Nome da Ação	Descrição das emendas	Valor (R1,00)	UO
110	4271	Policciamento Ostensivo Geral	Acréscimo de recursos na ação, instalação de uma “Base de Segurança Comunitária” com duas motocicletas e tecnologia e equipamentos associados, no município de Teófilo Otoni. (despesas de capital).	280.000	PMMG
203	4579	Prevenção Social às Violências e Criminalidades	Acréscimo de meta física (1) e financeira (R\$200.000,00) no Território Multiterritorial, para a realização de uma rodada de fóruns, privilegiando a participação dos oficineiros e as temáticas propostas (conceito de segurança pública cidadã e comunitária, fortalecimento da participação social na resolução de conflitos, prevenção à criminalidade e, especificamente, o enfrentamento à violência em razão de gênero. (despesas correntes).	200.000	SESP
070	2037	Divulgação Governamental	Acréscimo de recursos na ação, para realizar campanhas publicitárias e outras ações educativas permanentes que alcancem toda a sociedade e que contribuam para a inclusão social da população em situação de rua, promovendo a cultura do respeito, da ética e da solidariedade, e rompendo com toda forma de preconceito e discriminação. (despesas correntes) (carimbo – dedução na própria ação).	200.000	SEGOV
040	4157	Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas	Acréscimo de meta física (1) e financeira (R\$200.000,00) no Território Multiterritorial para a realização de pesquisa e diagnóstico sobre a população em situação de rua no Estado. (despesas correntes).	200.000	FJP
TOTAL				20.000.000	

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Listagem das Propostas de Ação Legislativa (PLEs) aprovadas em 2018 para o exercício de 2019:** a partir de sugestões populares. Disponível em https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/ppag/2016-2019/2019/emendas/documentos/Listagem-das-Ples-2018-para-o-exercicio-2019.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.

INFORMATIVO TEMÁTICO

Informações de Gestão – Secretaria de Estado de Saúde

1º quadrimestre – 2019

12/06/2019

Comissão: Saúde

Tema: Cronograma da retomada das obras inacabadas na área da saúde.

1) Contextualização

O serviço de saúde organiza-se em redes regionalizadas, e a assistência à saúde é prestada em três níveis de atenção – básica, de média e alta complexidades –, de acordo com a sua complexidade.

A atenção básica é prestada por todo município e o atendimento é feito pelas equipes da estratégia de Saúde da Família, em domicílio ou nas Unidades Básicas de Saúde – UBS. Essas unidades são a porta de entrada preferencial do SUS e visam atender a maioria dos problemas de saúde da população, com o fim de evitar o encaminhamento desnecessário para outros serviços.

Já as regiões de saúde são compostas por vários municípios contíguos, com um ou mais municípios polo, e ofertam a assistência de média e alta complexidades. Em cada uma dessas regiões deve haver um hospital regional, com capacidade para atender a população dos locais onde não haja prestação de serviços de atenção especializada. O projeto dos Hospitais Regionais integra o Plano Diretor de Regionalização da Saúde de Minas Gerais, elaborado pela Secretaria de Estado de Saúde em março de 2011.

Segundo notícias veiculadas na mídia em 2018, várias UBS e hospitais regionais estão com obras paradas devido à falta de repasse de recursos por parte do Estado. Entre esses recursos, estão os relativos à estratégia de requalificação de UBS do Ministério da Saúde, que tem o fim de reformar, ampliar e construir UBS, provendo condições adequadas para o trabalho em saúde e promovendo melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica. Nessa estratégia, os recursos financeiros são transferidos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais de saúde, e o acompanhamento da execução e fiscalização das obras são de responsabilidade das secretarias de saúde.

A SES informou em sua página na internet⁵ que foi publicado no Diário Oficial de 14/5/2019 o edital da Tomada Pública de Subsídios – TPS –, criada para obter estudos e levantamentos que poderão

5 PROCESSO de Tomada de Subsídios aberto pelo Governo de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.saude.mg.gov.br/fornecimento-de-medicamentos/story/11173-governo-de-minas-gerais-cadastra-ate-a-proxima-semana-interessados-em-contribuir-com-ideias-e-projetos-para-viabilizar-retomada-dos-hospitais-regionais>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

subsidiar a elaboração de modelos de negócios para a conclusão das obras e colocação em operação dos Hospitais Regionais do Estado. Também participam do processo as Secretarias de Planejamento e Gestão – Seplag – e de Transportes e Obras Públicas – Setop. O poder público justifica a iniciativa tendo-se em vista o déficit fiscal no Estado e a importância desses hospitais para a população, sendo necessário encontrar alternativas que não dependam exclusivamente de recursos públicos para a retomada ou começo das obras. Estão no edital os hospitais de Além Paraíba, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Nanuque, Novo Cruzeiro, Sete Lagoas, Teófilo Otoni e Unaí.

2) Destaques da atuação da ALMG

Audiências públicas realizadas

- Audiência Pública da Comissão de Saúde realizada em 25/5/2016, para debater o andamento das obras de construção dos hospitais regionais em todo o Estado e as demandas e dificuldades dos hospitais federais em Minas Gerais.
- Audiência Pública da Comissão de Saúde realizada em 16/9/2015, para debater a suspensão das obras de construção do hospital regional em Conselheiro Lafaiete.

Matérias em tramitação

- [Projeto de Lei nº 650/2019](#), que dispõe sobre a vedação de se iniciar novas obras públicas quando houver obra parada injustificadamente (o art. 1º, II, trata de obras na área da saúde, entre outras).
- RQN nº 754/2019, que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Saúde pedido de **providências** para que sejam retomadas e concluídas as obras de construção do Hospital Regional de Teófilo Otoni, bem como para contratação de serviço de vigilância para o local, visto que a comissão recebeu denúncia de que o prédio tem sido alvo de depredação e vandalismo.
- RQN nº 673/2019, que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de **informações** sobre quais as unidades públicas de saúde em Minas Gerais que estão com obras inacabadas, sua localização e o cronograma de conclusão de tais obras.
- RQC nº 974/2019, que requer seja realizada **audiência pública** para debater o cronograma de conclusão de obras de unidades públicas de saúde no Estado.

- RQN nº 756/2019, que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de **informações** sobre o Hospital Regional de Juiz de Fora, especificando a previsão para a finalização das obras, a expectativa para que o espaço seja utilizado; a existência dentro do hospital de algum equipamento, material ou estrutura que pode se deteriorar pela falta de uso, exposição ao tempo ou outra circunstância, com a discriminação dos itens que corram esse risco de deterioração.
- RQN nº 757/2019, que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de **informações** sobre o valor investido pelo Estado para a construção do Hospital Regional de Juiz de Fora.
- RQN nº 513/2019, que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de **informações** sobre o cronograma para o término das obras das dezenas de unidades básicas de saúde existentes em vários municípios mineiros.

Na última Legislatura, vários requerimentos foram aprovados solicitando audiência pública e informações sobre a situação das obras das unidades de saúde e de diversos hospitais regionais no Estado (Barbacena, Betim, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Juiz de Fora, Montes Claros, Teófilo Otoni, Sete Lagoas, etc.). Também foi objeto de requerimento a criação de uma comissão especial para fazer um levantamento das obras inacabadas, na área da saúde, bem como para propor soluções.

3) Visão geral da execução física e financeira das ações programadas – jan-abr/ 2019:

Programa: 103 – Execução descentralizada e autônoma das ações e serviços de saúde					
Ação: 4637 – Projetos, construções, reformas e ampliações de unidades de saúde (4291 – FES).					
Finalidade: proporcionar ao DEOP (atualmente DEER) condições orçamentárias para a realização de ações de saúde programadas nos instrumentos de planejamento do Sistema Estadual de Saúde de Minas Gerais (Plano Estadual de Saúde e Programação Anual de Saúde) devidamente aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (produto / unidade de medida)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
160.219.572,00	0,00	0,00	0	0	0,00
Programa: 174 – Política Estadual de Atenção Hospitalar					
Ação: 1151 – Implantação de hospitais regionais (4291 – FES).					
Finalidade: Repassar recurso para construção e implantação de hospitais públicos regionais a fim de suprir lacunas assistenciais em diferentes regiões do Estado, prestando papel de referência hospitalar secundária e terciária para a população nos serviços pré-definidos.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (hospital beneficiado)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
26.749.217,00	0,00	0,00	0	0	0,00
Programa: 026 – Desenvolvimento da infraestrutura estadual, municipal e regional					
Ação: 1096 – Construção do Centro de Tecidos Biológicos de Minas Gerais – Cetebio (1301 – Setop).					
Finalidade: Entregar à Secretaria de Estado de Saúde uma edificação com infraestrutura adequada para atendimentos de alta					

complexidade, como tecidos e materiais biológicos.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (unidade construída/reformada/ampliada)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
1.458.242,00	0,00	0,00	2	0	0,00
Ação: 4026 – Projetos, construções, reformas e ampliações de unidades de saúde (1301 – Setop). Finalidade: Garantir o funcionamento apropriado das unidades de saúde por meio do provimento de infraestrutura física adequada.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (unidade construída/reformada/ampliada)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
22.303.669,00	0,00	0,00	9	0	0,00
Ação: 4689 – Projetos, construções, reformas e ampliações de hospitais regionais (1301 – Setop). Finalidade: Garantir o funcionamento apropriado das unidades dos hospitais regionais por meio do provimento de infraestrutura física adequada.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (unidade predial em construção/ em reforma ou em adaptação)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
76.628.756,00	0	0,00	2	0	0,00
Ação: 4691 – Projetos, construções, reformas e ampliações de unidades da Fhemig (1301 – Setop). Finalidade: Manter estrutura física necessária à operacionalização dos serviços, bem como proporcionar um ambiente seguro ao paciente em alinhamento com as estratégias do plano de segurança do paciente em serviços de saúde (PSP).					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (unidade construída/reformada/ampliada)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
37.350.519,00	0,00	0,00	77	0	0,00
Ação: 4692 – Projetos, construções, reforma e ampliações de unidades do Hemominas (1301 – Setop). Finalidade: Manter estrutura física do Hemominas necessária à operacionalização dos serviços, bem como proporcionar um ambiente seguro ao paciente em alinhamento com as estratégias do plano de segurança do paciente em serviços de saúde (PSP).					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (unidade construída/reformada/ampliada)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
10.277.580,15	674.013,90	6,56	10	0	0,00
Ação: 4693 – Projetos, construções, reformas e ampliações de unidades da Funed (1301 – Setop). Finalidade: Planejar, projetar, reformar, construir unidades físicas na Fundação Ezequiel Dias, garantindo a manutenção da infraestrutura para atendimento às demandas de produção de medicamentos, análises laboratoriais e pesquisa e de transferência de tecnologia de medicamentos, soros e biofármacos estabelecidos no programa de desenvolvimento produtivo, PDP, pelo Ministério da Saúde.					
Meta Financeira (R\$1,00) – 2019			Meta Física – 2019 (unidade construída/reformada/ampliada)		
Autorizado	Executado	%	Autorizado	Executado	%
13.348.375,00	0,00	0,00	2	0	0,00

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento: Sigplan: PPAG 2016 – 2019. Análise da Execução por Ação. In: _____. **Portal de Planejamento e Orçamento do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www.orcamento.mg.gov.br/aoad/index.jsp>>. Acesso em: 5 de junho de 2019.